



## Apresentação

O décimo quarto volume da *Zanzalá*, que ora lançamos, reúne artigos em torno de dois eixos principais: a memória de inflexão histórico-afetiva no documentário brasileiro contemporâneo e as articulações entre trabalho e audiovisual, seja pela via da representação no cinema, seja pela análise dos efeitos do neoliberalismo no universo dos videogames. O diapasão conformado pelo duplo enfoque sublinha a diversidade temática da edição, mas não impede o reconhecimento de uma afinidade compartilhada pelos textos, a saber: o interesse comum por analisar os modos com que o mundo histórico-social tanto enforma o audiovisual como é por ele refletido criticamente. Ademais, os artigos do atual volume coincidem pela eleição e análise de um *corpus* brasileiro, contribuindo para um repertório crítico sobre as dinâmicas políticas que estruturam, em diferentes camadas, mídias audiovisuais nacionais.

É digno de nota que o décimo quarto volume da revista seja publicado pouco tempo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal de prender militares de alta patente condenados por tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito. A decisão é um marco histórico no país, que conviveu por mais de 20 anos sob o regime da ditadura cívico-militar e, ainda assim, anistiou os crimes políticos cometidos por membros das Forças Armadas. Permitimo-nos o breve excursus contextual porque o primeiro artigo do novo número, “Ditadura, família: memórias e esquecimentos em *Democracia em vertigem*”, de Daniel Leão, dedica-se a discutir como um documentário de Petra Costa propõe continuidades entre o golpe militar de 1964 e a política contemporânea brasileira, especificamente o golpe jurídico-parlamentar que depôs a então presidente Dilma Rousseff. O texto situa *Democracia em vertigem* (2019) na produção documental contemporânea brasileira e, na sequência, prioriza o gesto de análise fílmica, atento às escolhas de Costa por refazer os enleios entre passado e presente. De um lado, pelo farto uso do material de arquivo familiar e histórico. De outro, pela narrativa em primeira pessoa, que condiciona a leitura da história política nacional às lentes do afeto e da lembrança individual da diretora. Amparado por um repertório da sociologia e da filosofia dedicado à construção da memória a partir de experiências

subjetivas, processos sociais, além das modulações providas pela narração da lembrança, o artigo frisa os efeitos seletivos da memória. No caso de *Democracia em vertigem*, os esquecimentos, as omissões e os aplanamentos da conjuntura política brasileira, tal como narrada/lembrada por Costa.

O segundo artigo mantém o enfoque sobre o potencial do documentário brasileiro contemporâneo como instância de rememoração histórico-afetiva. “Memória e rastro sob o risco do ensaio”, de Luís Felipe dos Santos, discute os procedimentos estéticos mobilizados em *Retratos fantasmas* (2023), de Kleber Mendonça Filho, para recuperar o passado e investigar suas ressonâncias no presente. Interessa ao autor como a narrativa fílmica conjuga a lembrança pessoal do diretor por espaços privados e familiares às memórias coletivas da cidade de Recife, especialmente em torno dos antigos cinemas de rua. O exercício de elaboração e narração do passado é analisado a partir de dois campos complementares – de vincado protagonismo nos estudos de documentário no Brasil na década de 2010: o ensaio fílmico e a questão da memória, tal como discutida nos domínios da filosofia e da história europeia do século XX, a partir de uma geração marcada pela Segunda Guerra Mundial. Na lida com os dois eixos, o texto de Santos confere especial atenção à forma ensaística, que faculta a narrativa de memórias a partir de rastros materiais e afetivos.

Na sequência, temos o artigo “A fábrica e os filhos: a respeito das trabalhadoras da indústria em dois documentários brasileiros”, de Monique Alves Oliveira. O texto elege como objeto de estudo dois filmes fundamentais para a memória dos movimentos sociais no Brasil da segunda metade do século XX: *Trabalhadoras metalúrgicas* (1978), de Olga Futemma e Renato Tapajós, e *Peões* (2004), de Eduardo Coutinho. As obras deitam raízes no campo da memória pela importância que representam como documentos históricos das grandes greves do ABC paulista nas décadas de 1970 e 1980 e, no caso específico de *Peões*, pelo exercício de rememoração solicitado aos entrevistados que participaram daquele movimento. Sem perder de vista esse aspecto, o texto de Oliveira orienta o seu foco para outra questão: o impacto da industrialização na maternidade e, de modo mais específico, como mães trabalhadoras da indústria do ABC lidavam com uma rotina organizada entre o cuidado com os/as filhas/os e a jornada na fábrica. Atento as interseções entre classe e gênero, que não raramente transformam o espaço doméstico em uma extensão do sistema de exploração, o artigo dialoga com uma bibliografia brasileira que discutiu os dois documentários, demonstrando como o olhar detido sobre a maternidade permite a revisão das obras a partir de uma ótica feminista.

O quarto artigo, “Jogando com NFTs: Relações entre jogo e trabalho em jogos play-to-earn no Brasil”, de Emmanoel Ferreira e André Bottino, dá continuidade ao tema do trabalho, mas tendo por alvo o universo dos videogames, especificamente os *play-to-earn games* (P2E), jogos digitais que recompensam o jogador com dinheiro real. Na maioria dos casos, é necessário um investimento na

aquisição de NFTs (*Non-Fungible Tokens*), ativos digitais adquiridos e armazenados. A chance potencial de lucro torna esses jogos fontes atrativas de renda. Os autores do artigo fazem um estudo de caso do jogo *Axie Infinity*, em que discutem dois perfis de pessoas jogadoras: as independentes, com baixo investimento inicial e, por isso, obrigadas a dedicar várias horas para poderem competir pelos *tokens*; e as associadas a Escolinhas, que devem fornecer resultados desejáveis, sob o risco de perder acesso às contas pelas quais jogam. Parte de uma pesquisa em andamento, o artigo expõe o complexo ecossistema dos jogos remunerados no Brasil, indicando o risco de se tornarem trabalhos mal remunerados e precários, com efeitos deletérios sob o corpo e o psicológico dos jogadores.

Além dos artigos, o décimo quarto volume da *Zanzalá* contém uma entrevista realizada por Felipe Abramovictz com o cineasta mineiro José Sette de Barros Filho, intitulada “Memória, resistência e fabulação: um percurso pelo cinema de José Sette de Barros”. Com uma produção que iniciou durante a ditadura militar e se estende até a contemporaneidade – o último filme, *Salve Gaza*, foi realizado em 2024 –, José Sette trabalhou em diferentes funções, mas sempre nutrindo a sensibilidade experimental e o gesto crítico em prol do que chama de cinema de “constante invenção poética”. Na entrevista, o cineasta faz um panorama de sua prolífica obra, articulando-a a momentos capitais da história política brasileira e às diversas colaborações efetuadas com diretores, atrizes e atores da filmografia nacional experimental, como Júlio Bressane, Rogério Sganzerla, Maria Gladys e Paulo César Pereio.

Encerrando a edição, temos a resenha de Alfredo Suppia da coletânea *Escrita e imagem: ensaio* (2023), de Anne-Marie Christin. Sem desmerecer a importância da tradução recente de Christin para o português, a robusta análise de Suppia se concentra sobre três aspectos críticos: a repetição dos argumentos ao longo dos diferentes ensaios, certas generalizações universalizantes e a ausência de diálogo com autores que, eventualmente, complexificariam o debate da autora, e.g. Christian Metz, Serguei Eisenstein e Vilém Flusser.

Gostaríamos, por fim, de agradecer ao esforço coletivo de pareceristas e diagramadores/as, fundamentais para a organização da atual edição e, sobretudo, perenidade da *Zanzalá*. No mais, desejamos uma ótima leitura a todas/os/es.

Edson Costa Jr  
Equipe editorial